

1
2
3 **ATA DA 161ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
4 **DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**
5 **(17 de outubro de 2006)**

6 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e seis, às dezenove horas e vinte minutos,
7 no Auditorium Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação de quorum necessário,
8 reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para centésima sexagésima
9 primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta: **1. Aprovação**
10 **da ata da 160ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde e pauta para 161ª**
11 **Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2. Informes; 3. Prestação de**
12 **Contas do FMS referente ao mês de agosto de 2006; 4. Apresentação da Lei Federal**
13 **11.340/2006; 5. Encontro de Conselheiros Municipais “Aprendendo a avaliar as**
14 **necessidades do SUS/Pacto de Gestão”; 6. Análise da Assistência à Saúde em**
15 **Decorrencia do Movimento de Greve dos Servidores Municipais; 7. Apresentação e**
16 **Aprovação do Plano Municipal 2006/2007; 8. Aprovação de encaminhamentos formais**
17 **para viabilização de parceria e ou contrato para desenvolvimento das atividades do**
18 **SAMU. Josemari Sawczuck de Arruda Campos, dá início à reunião colocando em**
19 **apreciação a ata da reunião anterior, sendo APROVADA a ata da 160ª reunião ordinária**
20 **do CMS, por todos, com abstenção da conselheira Isaltina Cardoso. A seguir, Josemari**
21 **Campos coloca em apreciação a proposta de pauta para a reunião. Isaltina Cardoso propõe**
22 **alteração na ordem dos itens 8 e 4, sendo aprovada a pauta com estas alterações. A seguir**
23 **passa-se ao próximo ponto de pauta, item 2, Informes. Natal de Oliveira justifica a**
24 **ausência do Pastor Ailton e informa que este está fazendo os encaminhamentos necessários**
25 **junto aos órgãos competentes, através do Concentro, sobre a ocorrência de casos de hepatite**
26 **e esquistossomose na região do Ribeirão Quati. Rosalina Batista informa que dia 16,**
27 **comemorou-se o Dia Mundial da Alimentação e o Consul juntamente com Unopar,**
28 **Provopar, Unifil e demais instituições da sociedade civil elaboraram um folder sobre o**
29 **assunto e fizeram um trabalho de conscientização durante o dia de ontem no calçadão e**
30 **shopping center. Informa também que o CONSEA, Conselho Estadual de Alimentação**
31 **deverá estar realizando no dia 30 de novembro as Conferências Regionais sobre Alimentação,**
32 **em Londrina, para preparação da Conferência Estadual de Alimentação, com vistas à**
33 **Conferência Nacional que deverá estar ocorrendo em dezembro de 2006, onde deverá estar**
34 **sendo encaminhada a sanção da Lei da Segurança Alimentar. Informa também que estará**
35 **participando nos dias 22 e 23 próximos, de dois eventos sobre promoção de saúde no estado**
36 **de Santa Catarina, em Florianópolis e Itajaí, fazendo parte destas mesas representando a**
37 **comunidade de Londrina e levando a experiência do Conselho Municipal de Saúde de**
38 **Londrina. Joel Tadeu lembra à Secretaria Executiva sobre a realização da III Plenária**
39 **Estadual de Conselhos de Saúde em Curitiba na semana que vem, e solicita que seja**
40 **lembrado aos conselheiros indicados sobre a importância da participação deles no evento,**
41 **tendo em vista os assuntos importantíssimos, como Pacto da Saúde e outros, que deverão ser**
42 **tratados nesta oportunidade. Paulo Roberto Vicente informa que Londrina estará sediando**
43 **no mês que vem o Encontro Estadual de Coordenadores da Pastoral da Saúde com a**
44 **participação de diversos municípios do Paraná. Livaldo Bento informa que dia 27 de**
45 **setembro ocorreu o III Encontro Estadual do Movimento Popular de Saúde do Paraná, em**
46 **Curitiba onde foi reeleito para um mandato de mais três anos na Coordenação deste**
47 **Movimento. Jeremias Béquer Brizola informa que hoje foi assinada a ordem de serviço**
48 **para as obras de reforma e ampliação do Pronto Socorro do Hospital Universitário. Ana**
49 **Paula Cantelmo informa que o relatório da Câmara Técnica sobre Programa de Saúde**
50 **Auditiva deverá ser apresentado na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de**

51 Saúde. **Fahd Haddad** informa, sobre a questão do Pronto Socorro Referenciado, que já está
52 agendado, na Secretaria de Saúde, uma reunião para retomada desta discussão, tendo em vista
53 que está havendo uma sobrecarga muito grande, além de dificuldades operacionais no pronto
54 socorro da Santa Casa. Informa também que a Federação dos Hospitais da Paraná mudou a
55 diretoria depois de 15 anos e esta estará fazendo a sua primeira reunião formal em Londrina
56 em consideração ao interior do estado. A reunião será no sábado onde entre outros assuntos
57 serão discutidas algumas sugestões aos candidatos ao governo para melhorar a saúde no
58 estado principalmente em relação à assistência hospitalar. Informa ainda que neste mês se
59 comemoram os dias de três profissionais da área da saúde: dia 11 de outubro o dia do
60 anesthesiologista, dia 13 o dia do fisioterapeuta e dia 18 o dia do médico. **Paulo Nicolau**
61 informa que a situação da Assistência em Saúde Mental no Paraná está insustentável devido
62 à falta de reajustes nas tabelas de remuneração das diárias de internação, e que estão sendo
63 feitas algumas negociações entre os hospitais da área e o estado, tendo sido encaminhado
64 junto ao Ministério da Saúde uma solicitação de suplementação para este setor de
65 assistência do SUS, sob pena de se inviabilizar o atendimento em saúde nesta área até o final
66 do ano, portanto solicita uma reunião com a Secretária Josemari de Arruda para discussão
67 do problema mais de perto e mostrar alguns números para verificar o que poderá ser feito.
68 **Marlene Zucoli** registra presença de alunos do 1º ano do curso de Odontologia da UEL
69 acompanhados da professora, e parabeniza os mesmos pela iniciativa. Informa sobre notícia
70 veiculada nesta semana, no dia 12, a respeito de problemas com o prédio do Pronto
71 Atendimento Infantil onde o teto de gesso do sanitário dos usuários se desprende e caiu;
72 ressalta que não havia ninguém no momento, não houve afundamento do piso do banheiro e
73 que nem há rachaduras nas paredes do prédio como foi veiculado; diz que foi solicitada uma
74 perícia por engenheiros da defesa civil e da empresa responsável pela obra que deram o
75 laudo preliminar: “que a queda do gesso não tem nenhuma relação com a questão estrutural
76 do prédio”; informa ainda que será feita perícia completa. Outro informe é sobre a falta de
77 enalapril na rede, diz que está havendo mesmo dificuldade de entrega pelas empresas
78 vencedoras da licitação tendo em vista a falta de matéria prima para a produção deste
79 medicamento em função da greve da ANVISA que teria provocado atraso na importação da
80 matéria prima. Diz que a empresa vencedora solicitou dois dias para verificar a possibilidade
81 de entrega de pelo menos um pequeno lote deste medicamento. **Marcos Ratto**, representante
82 dos trabalhadores de saúde, diz que há problemas no prédio do PAM, que existem sim muitas
83 rachaduras nas paredes e convida ao Promotor e demais conselheiros para uma visita a
84 esta unidade de saúde para verificações. **Josemari de Arruda Campos** fala que o
85 governador em exercício informou a liberação de verbas para contratação de 100
86 funcionários para a Unidade de Queimados do Hospital Universitário, durante evento
87 ocorrido naquele hospital. **Sônia Maria Anselmo** procede aos informes pela Secretaria
88 Executiva do Conselho primeiramente dizendo que foi enviado nos envelopes
89 dos conselheiros, cópia do Regulamento Interno da Comissão Intersetorial de Saúde do
90 Trabalhador, para conhecimento e contribuições, que deverá ser pauta para a reunião de
91 novembro para aprovação. Ainda informa sobre correspondência do Tribunal de Contas do
92 Paraná, que cita a Emenda Constitucional 29 que determina em seu parágrafo terceiro que os
93 recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela união para a
94 mesma destinação sejam aplicados pelo Fundo Municipal de Saúde com acompanhamento e
95 fiscalização do Conselho Municipal de Saúde. Informa também sobre correspondência
96 recebida do Ministério Público do Paraná, informando à Presidente do Conselho sobre
97 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde na questão de prescrição
98 de tratamento medicamentoso, estando à disposição de todos este documento para consulta se
99 assim desejarem. Informa ainda sobre Recomendação Administrativa recebida sobre a
100 paralisação dos servidores municipais, tanto para o Sindserv quanto para administração

101 municipal de Londrina, à época, solicitando prazo de 5 dias para que houvesse uma resposta
102 quanto às medidas adotadas pelo sindicato e pela administração quanto à volta ao trabalho.
103 Informa convite da Reitoria da UEL para lançamento e apresentação da Cartilha GIBECA -
104 Estatuto da Criança e Adolescente, Projeto de Extensão ECA nas escolas, dia 19 de outubro
105 de 2006 no auditório da ACIL às 9h00 horas. Ainda informa sobre correspondência recebida
106 do Conselho Estadual de Saúde do Paraná- CES- PR, sobre a situação de greve dos servidores
107 municipais de Londrina procedendo à leitura da mesma: “ *Curitiba, 10 de outubro de 2006.*
108 *Prezada Senhora. Considerando que o Conselho Estadual de Saúde do Paraná é órgão*
109 *deliberativo das políticas de saúde do Sistema Único de Saúde- SUS no estado;*
110 *Considerando o impacto que a greve dos servidores municipais de saúde de Londrina, que*
111 *já perdura pois mais de 60 dias, está causando no desenvolvimento dos serviços de*
112 *assistência à saúde da população; considerando que o CES-PR com o objetivo de assegurar*
113 *a toda a população a o acesso a todas as ações de prevenção de doenças , promoção,*
114 *proteção e recuperação e reabilitação da saúde, bem como o exercício da cidadania através*
115 *do controle social, trouxe o assunto à discussão do plenário por ocasião da 123ª reunião a*
116 *qual foi realizada na data de 26 de setembro de 2006. Cumpre-nos informar à Vossa*
117 *Excelência que o respectivo plenário na reunião resolveu manifestar junto a este executivo*
118 *municipal no sentido de expressar sua preocupação com a situação, bem como solicitar que*
119 *se busque urgentemente uma solução para a situação visando o restabelecimento da*
120 *normalidade do atendimento à população observados os direitos dos trabalhadores*
121 *envolvidos. Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, Dr Francisco Eugênio*
122 *Alves de Souza”.* Informa também sobre solicitação, do Psicólogo Sergio Belon, de seu
123 desligamento do cargo de Coordenador da Comissão Municipal de Saúde Mental, devido a
124 ocorrência de falta de quorum nas últimas reuniões convocadas. Justifica as ausências dos
125 conselheiros Éder Pimenta e José do Carmo. **Josemari** informa sobre o afastamento do
126 Diretor Financeiro Ubirajara Mariane que sofreu um infarto agudo do miocárdio, no
127 momento se restabelecendo e com uma previsão de retorno em 60 dias. A seguir passa-se ao
128 próximo ponto de pauta, **item 3 – Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde,**
129 **referente ao mês de agosto de 2006. Flaida Favaretto**, Gerente de Tesouraria da Diretoria
130 Financeira da Autarquia Municipal de Saúde, apresenta movimentação das contas do Fundo
131 Municipal de Saúde referente ao mês de agosto de 2006: **RELAÇÃO DAS**
132 **MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS EM AGOSTO DE 2006. GESTÃO PLENA.** Saldo
133 Anterior- R\$1.742.657,91. RECEITAS - R\$7.005.870,14; Teto financeiro – R\$6.059.490,76;
134 Ações Estratégicas (extra-teto) 917.021,56: Aids e 05/06 – R\$4.490,00; Assist. Pré-Natal
135 05/06 - R\$14.880,00; Detecção Defic. Auditiva 06/06 – R\$209.210,39; Registro Civil e
136 Nascimento 05/06 R\$650,00; Terapia Renal Substitutiva 06/06 – R\$687.791,17. Receita
137 Patrimonial: rendimento de aplicação em agosto/06 – R\$29.269,82. Receitas Diversas:
138 Devolução adiantamento R\$88,00. DESPESAS: Repasses Credenciados SUS R\$
139 6.705.168,26; Ações Estratégicas - R\$57.541,13; Campanhas - R\$237.726,20; Fatura
140 Ambulatorial PJ R\$3.269.034,32; Fatura Hospitalar AC/MC PJ R\$2.421.673,78; Fatura TRS
141 – R\$719.192,83; Serviços do Município: R\$ 843.982,26; Fat. Amb/Hosp A.M.S (MC/AC) -
142 R\$467.867,69; CAPS Adulto– R\$140.213,25; Comunidade Terapêutica/Espaço Vida– R\$
143 22.801,00; Internação Domiciliar – R\$81.875,03; T.F.D – Tratamento Fora do Município
144 R\$48.410,21; Policlínica R\$ 82.815,08. **Despesas Administrativas:** R\$ 641,00; Secretaria
145 Conselho Municipal de Saúde R\$641,00; Saldo Parcial. DÉBITO: R\$7.549.791,52;
146 CRÉDITO: R\$7.005.870,14. SALDO: R\$1.198.736,53; Transferências ago/06 R\$ 416.895,23.
147 Saldo Final em 31/08/06 R\$ 781.841,30. **MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTA**
148 **PAB – MÊS DE AGOSTO/2006.** Saldo Anterior – R\$1.004.360,57. RECEITAS. Programas
149 do MS R\$1.193.905,75. PAB Agente Comunit. Saúde 07/06 – 1319 R\$211.000,00; PAB
150 Prog. Saúde da Família 07/06 1339 R\$430.100,00; PAB Saúde Bucal 07/06 1339 –

151 R\$23.800,00; PAB Teto Fixo 07/06 – 1302 R\$529.005,75; Patrimonial, R\$7.292,04:
152 Rendimento de aplicação em AGOSTO/06 – R\$7.292,04. DESPESAS: Manutenção de
153 Programas: R\$ 766.642,63. Apoio à População Indígena R\$22.485,97; Farmácia Básica R\$
154 6.900,00; Saúde da Família/Ag. Comunitários R\$ 737.256,66. Transferências AGO/06: R\$
155 589.005,75. SALDO PARCIAL: DÉBITO: R\$766.642,63. RECEITA: R\$1.201.197,79
156 SALDO R\$1.438.915,73; SALDO FINAL em 31/08/2006: R\$849.909,98.
157 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTA EPIDEMIOLÓGICA – MÊS DE
158 AGOSTO/06: Saldo anterior – R\$4.306,18. **RECEITAS: R\$37.433,37** Ministério da Saúde –
159 R\$37.179,23; Inc. hosp referência epidemio hospit 07/06 – R\$5.000,00; PAB TFVS 7/06
160 R\$32179,23. PATRIMONIAL: Rendimento de aplicação em AGO/2006 – R\$163,10.
161 Diversas Devolução R\$91,04. DESPESAS: Diversas despesas com fundo epidemiológico -
162 R\$680,73. Posição em 31/08/06: DÉBITO: R\$680,73; CRÉDITO: R\$37.433,37; SALDO:
163 R\$41.058,82. CIAP ENDEMIAS/ RECURSOS PRÓPRIOS A.M.S., DÉBITO:R\$190.355,40.
164 DEFICIT: R\$149.296,58. A seguir, para apreciação das contas apresentadas, **Josemari de**
165 **Arruda Campos** comunica que cada conselheiro terá dois minutos para se manifestar e que
166 as inscrições se encerrarão na segunda pessoa que estiver fazendo uso da palavra, sendo
167 acatado por todos. **Jeremias Béquer Brizola** solicita esclarecimentos de dúvidas e também
168 quer manifestar sua preocupação em relação a circular nº 58/06 que foi recebida sobre
169 despesas públicas, dizendo que os conselheiros tem tido a tranquilidade até aqui, com relação
170 à aprovação das contas anteriores uma vez que tem sido observada a legislação de despesas
171 públicas, e também a orientação do Tribunal de Contas e considerando também a
172 tranquilidade que o Bira tem passado aos conselheiro, porém após esta circular de hoje fica
173 receoso de aprovar as contas do Fundo Municipal de Saúde uma vez que deve passar pelo
174 Fundo Municipal de Saúde todos os recursos próprios aplicados em saúde não só os
175 transferidos. Solicita esclarecimentos sobre este assunto. **Valcir Miguel**, diretor financeiro
176 em exercício diz que o Fundo Municipal de Saúde é representado pela própria Autarquia
177 Municipal de Saúde, e junto ao Tribunal de Contas em anos anteriores isso era feito
178 distintamente mas como o fundo não tem uma personalidade jurídica própria não tem como
179 ficar inscrevendo esses patrimônios dentro do próprio fundo então hoje a autarquia
180 representa o fundo, de forma que todas prestações de contas, todos balanços, todas receitas e
181 todas despesas se inserem dentro da autarquia, sendo prestado contas ao TC, e estando à
182 disposição dos conselheiros a qualquer momento; o que acontece é que até o momento vem
183 para os conselheiros analisarem somente as receitas de transferências, que pode ser diferente,
184 basta mudar esta modalidade, e isso porquê o recurso interno é basicamente folha de
185 pagamento. **Marcos Ratto** solicita esclarecimentos sobre despesas com o Detran na conta
186 Renast. **Flaida** esclarece que se trata de despesa com licenciamentos de veículos. **Marcos**
187 solicita ainda esclarecimentos sobre o valor do aluguel do prédio da Policlínica e porquê da
188 divisão do valor em quatro parcelas. **Flaida** esclarece que o valor do aluguel é de
189 R\$4.004,00(quatro mil e quatro reais) sendo que o proprietário do imóvel, Sr Domênico
190 Bonomo, fez a divisão da sua herança para os filhos ainda em vida, por isso o rateio do valor
191 do aluguel em quatro parcelas iguais. **Marcos Ratto** ainda coloca para discussão a
192 necessidade deste conselho estar aprovando oficialmente as despesas de viagens da
193 Secretária Executiva Sônia Maria Anselmo para Curitiba, mensalmente, tendo em vista
194 alguns comentários ocorridos sobre essa despesa e que seria interessante se colocar um ponto
195 final nesta situação. Ressalta porém que é totalmente favorável às viagens da Secretária
196 Administrativa para acompanhar as Reuniões do Conselho Estadual de Saúde, o que
197 considera fundamental como representante de Londrina naquele conselho, principalmente
198 pela sua postura bastante atuante e participativa, sendo que quem tem a ganhar com isso é o
199 usuário, o gestor, o prestador, porém crê que seria importantíssimo haver esta aprovação pois
200 já procurou em atas anteriores e não encontrou menção sobre tal aprovação. Solicita da

201 Presidente do Conselho se existe aprovação destas viagens pelo conselho. **Josemari S. de**
202 **Arruda Campos** diz que esta questão nunca foi pensada pois as viagens vem atender aos
203 interesses tanto do Conselho Municipal como da Secretaria Municipal de Saúde e como as
204 demais viagens de servidores não é de praxe a autorização prévia do conselho pois é uma
205 prerrogativa da administração estar decidindo, como decide outras situações de viagens de
206 qualquer funcionário desde que avaliada a real necessidade, entende que fica difícil passar
207 por aprovação todos os meses estas viagens por questão mesmo de tempo hábil. **Josemari**
208 ainda esclarece que a execução de serviços pertence ao gestor, ao poder executivo e cabe ao
209 controle social atuar de uma forma complementar, mas não de uma forma mandatória nas
210 ações do executivo, isso é muito importante que fique claro; e portanto sua proposta é que
211 realmente haja as discussões pertinentes, quando de dúvidas relativas às viagens nas diversas
212 rubricas, e toda vez que houver dúvidas sobre qualquer aplicação de recurso que perguntem,
213 mas a Secretaria tem que continuar a tocar os serviços com a transparência de sempre,
214 entende, portanto, que se deva continuar no mesmo ritmo e permitindo que as mesmas
215 dúvidas que podem ocorrer possam ser esclarecidas como costuma acontecer todos os meses.
216 **Isaltina** considera que essa discussão não é pertinente, mas sim aprovação das contas neste
217 momento. Após várias outras manifestações a respeito desta questão, por diversos
218 conselheiros **definiu-se pela necessidade de aprovação das viagens da Secretária**
219 **Executiva para a participação nas reuniões do Conselho Estadual de Saúde, nesta**
220 **gestão, como forma de se evitar especulações sobre esta despesa, sendo aprovada com**
221 **dois votos contrários** das conselheiras Isaltina Pires Cardoso e Beth Claid e **duas**
222 **abstenções** dos conselheiros Natal de Oliveira e Laurentino Paulista. Isaltina Pires Cardoso
223 declara seu voto contrário por entender que estas viagens da Secretária Administrativa não
224 devem ser custeadas com recursos do fundo e Beth Claid por entender que para aprovação
225 destas viagens deveria ter havido eleição para que a Sônia pudesse estar representando o
226 Conselho no CES-PR e isso não ocorreu. **Joel Tadeu**, Paulo Roberto Vicente, Neusa Maria
227 dos Santos, Orides Pinheiro, Livaldo Bento e Marcos Ratto procederam à declarações de
228 seus votos favoráveis à aprovação das viagens da Secretária Administrativa Sônia Anselmo
229 para participar das reuniões do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, desde que observada a
230 rubrica financeira correta para esta despesa. A seguir passa-se à **apreciação e aprovação**
231 **da Prestação de Contas referente ao mês de agosto de 2006, sendo APROVADA por 16**
232 **votos favoráveis, com ressalvas do conselheiro Jeremias Béquer Brizola já declaradas**
233 **anteriormente e de Isaltina Pires Cardoso que se coloca contrária a despesas de viagens da**
234 **secretária executiva com recursos do fundo e 4 abstenções dos conselheiros Rosalina**
235 **Batista, Natal de Oliveira, Laurentino Paulista, por motivo das ausências de alguns**
236 **membros da Comissão do Fundo na reunião prévia de avaliação das contas do Fundo**
237 **Municipal de Saúde e Marcos Ratto por estar aguardando a realização de auditoria**
238 **independente nas contas do Fundo Municipal de Saúde.** A seguir passa-se ao cumprimento do
239 item de pauta **item 8, Aprovação de Encaminhamentos Formais para Viabilização de**
240 **Parceria ou Contrato para o Desenvolvimento das Ações do SAMU.** **Marlene Zucoli**,
241 Diretora Executiva da A. M. S., informa que já se realizaram duas reuniões preliminares
242 para tratar desta questão do SAMU, uma da Comissão de Acompanhamento do Convênio
243 para Viabilização do SAMU e uma da Comissão Executiva; nos dois momentos se discutiu
244 a questão do posicionamento do Tribunal de Contas do Estado que não vê a obrigatoriedade
245 de se proceder a um novo trâmite de licitação para renovação do Termo de Parceria
246 SAMU/CIAP, porém a posição da administração municipal é de estabelecer Concurso de
247 Projetos, com o objetivo de tornar transparente todo o processo; este termo de parceria se
248 encerra em 30 de novembro de 2006 e após uma consulta ao jurídico foi verificada a
249 possibilidade de se realizar o processo com tempo mais curto, porém houve vários
250 imprevistos entre a assinatura desse termo de parceria e o vencimento dele em 30 de

251 novembro. A idéia que se discutiu na Comissão de Acompanhamento do Fundo e na
252 Comissão Executiva era de se fazer um novo Termo de Parceria com Oscips, porém hoje à
253 tarde a Controladoria Jurídica aconselhou que já se preparasse um processo de Concurso de
254 Projetos completo que tem a duração de mais ou menos três meses, considerando todos os
255 prazos de publicações, julgamentos etc, e sendo assim optou-se por se prorrogar o Termo de
256 Parceria existente até 31 de março de 2007, através de Termo Aditivo para que o
257 atendimento à população e mesmo os trabalhadores não sofram prejuízo, enquanto se
258 encaminha o novo Concurso de Projetos. E para tanto solicita-se a anuência deste conselho
259 para este encaminhamento. **Marcos Ratto** declara desde já seu voto contrário por entender
260 que há muitos problemas no Convênio SAMU /CIAP. **Joel Tadeu** solicita esclarecimentos
261 quanto ao vínculo empregatício destes trabalhadores com esse termo aditivo. **Fahd Haddad**
262 diz que a continuidade do serviço do SAMU é premente e esta deve ser considerada pelos
263 conselheiros com a aprovação desta proposta. **Isaltina** diz que deve haver a licitação, não
264 concordando com a prorrogação de prazo do atual convênio SAMU/CIAP, tendo em vista que
265 isso pode depois se prolongar trazendo prejuízo aos trabalhadores. **Marlene Zucoli**
266 respondendo ao questionamento do conselheiro Joel Tadeu diz que os vínculos dos
267 funcionários continuará sendo através da CLT. Diz ainda que para garantir reposição de
268 férias sem pagamento de muitas horas extras será necessário aditar valor. Após estas
269 colocações é encaminhada a votação da realização do termo aditivo ao Convênio
270 SAMU/CIAP, sendo APROVADA a realização de Termo Aditivo ao Convênio
271 SAMU/CIAP para prorrogação do prazo até 31 de março de 2007 para continuidade
272 dos serviços de administração de recursos humanos do Serviço de Atenção Móvel de
273 Urgência-SAMU, por 18 votos favoráveis e 2 votos contrários dos conselheiros Marcos
274 Ratto e Isaltina Pires Cardoso. **Joel Tadeu** faz declaração de voto dizendo que como
275 usuário não pode ser contrário a este encaminhamento, pois a continuidade deste serviço é
276 importante e não pode aceitar a interrupção do mesmo. **Laurentino Paulista** solicita ponto
277 de pauta para a próxima reunião para avaliação do atendimento do SAMU. A seguir passa-se
278 ao próximo ponto de pauta **item 5, Encontro Municipal de Conselheiros “Aprendendo a**
279 **avaliar as necessidades do SUS – Pacto de Gestão”**. **Sônia Maria Anselmo** informa que
280 foi recebida correspondência do Coordenador do PREPS – 17 solicitando a indicação de oito
281 conselheiros do segmento de usuários para participar do Encontro de Conselheiros
282 Municipais de Saúde com o tema “Aprendendo a avaliar as necessidades do SUS- Pacto de
283 Gestão” em datas a serem confirmadas. **Angélica de Souza** acrescenta que esta é a segunda
284 Oficina de uma série de três oficinas que o PREPS 17 estará promovendo, que acontecerá
285 em novembro; será ministrado em um sábado das 8h00 até às 18h00 horas provavelmente
286 neste auditório da Villa da Saúde, e diz que as pessoas inscritas serão comunicadas das datas
287 com antecedência. **Fahd Haddad** considera que seria importante também a realização de
288 oficina sobre este tema, que é uma nova modalidade de gestão do sistema, com
289 esclarecimentos importantes que devem ocorrer sobre o mesmo, para os demais conselheiros
290 dos outros segmentos, também. **Rosalina Batista** diz que conversou com Dr. José Ivo do
291 Ministério da Saúde e que este acenou com a possibilidade de programar oficina para os
292 Conselheiros Municipais de Saúde de Londrina, e propõe que seja pautado este assunto para
293 próxima reunião. **Sônia Petris**, Coordenadora do Processo de Discussão do Pacto pela
294 Saúde-2006 na 17ª Regional de Saúde, diz que o Pacto é um momento diferente do SUS,
295 um novo momento do SUS, contém três pactos que são Pacto pela Vida, Pacto em Defesa
296 do SUS e Pacto de Gestão, é um assunto extremamente complexo, e este Pacto deverá estar
297 substituindo a forma de habilitação anterior dos municípios, o que vai valer é o Termo de
298 Compromisso de Gestão e todos os segmentos deverão estar sendo contemplados nesta
299 discussão, porém a questão é que há falta de profissionais com conhecimento sobre o Pacto
300 portanto está se priorizando, no momento, os usuários e os gestores. **Fahd Haddad** defende

301 que se contate o Ministério da Saúde para ministrar este curso em Londrina já que a
302 coordenadora da 17ª Regional diz que o estado tem dificuldades de estar encaminhando
303 este seminários para todos os segmentos simultaneamente. **Josemari de Arruda Campos**
304 diz que a Secretaria de Saúde assume o compromisso de estar cobrando do Ministério da
305 Saúde o encaminhamento desta capacitação sobre Pacto de Gestão para os conselheiros de
306 Londrina. **Argéria Serraglio** reforça a idéia do Dr Fahd e Srª Rosalina sobre o Conselho
307 Municipal de Saúde de Londrina buscar esta capacitação para os conselheiros de Londrina
308 independentemente do PREPS-17. **Sônia Anselmo** pergunta se algum conselheiro é contra
309 este encaminhamento, sendo APROVADO por todos que o Conselho Municipal de Saúde
310 busque as formas de estar promovendo esta capacitação sobre Pacto de Gestão junto ao
311 Ministério da Saúde, independente da programação do PREPS-17. Sobre a indicação dos
312 oito conselheiros representantes de usuários para esta capacitação do Preps-17, definiu-se
313 que os nomes serão definidos pelo segmento de usuários e enviados posteriormente, até o
314 final desta semana para a Secretaria Executiva do Conselho. A seguir passa-se ao próximo
315 ponto de pauta **item 6, Análise da Assistência a Saúde em Londrina em Decorrência do**
316 **Movimento de Greve dos Servidores Municipais.** **Josemari de Arruda Campos** sugere
317 que se faça esta análise de forma bem breve e informa que estão em funcionamento hoje 30
318 Unidades Básicas de Saúde, tendo havido pouca mudança no quadro, com uma unidade que
319 foi reaberta ao atendimento, a Unidade Básica do Jardim Piza e a Unidade Básica do Jardim
320 Tóquio que permaneceu fechada uma semana e retornou ao trabalho; diz que o percentual de
321 servidores estatutários em greve passados para a promotoria era de 39,4% e esta realidade
322 pouco mudou tendo em vista que mais ou menos uns vinte servidores retornaram ao
323 trabalho. Diz que enquanto Secretária pode dizer que está se fazendo um esforço grande para
324 manter a assistência e os servidores que estão trabalhando estão se desdobrando para fazer o
325 atendimento com a melhor qualidade possível e enquanto médica sanitária está muito
326 preocupada com as repercussões desta greve que devem ocorrer a médio prazo. No tocante à
327 assistência as repercussões não são tão importantes até porque não houve uma desassistência,
328 porém as ações de caráter preventivo estão deixando de ser feitas e o acesso está muito
329 difícil à população, claro que nas regiões onde as unidades estão fechadas e está preocupada
330 com esta situação principalmente considerando as repercussões que se farão sentir nos
331 indicadores de saúde que deverão no ano que vem estar bastante piorados, significando uma
332 regressão na situação de saúde da população. **Dr. Paulo César Tavares**, Promotor de Justiça
333 diz que nestas últimas semanas ele, e mais três Promotores de Justiça da Comarca fizeram
334 várias reuniões com o Prefeito Municipal, com os diretores do sindicato - Sindserv, com os
335 vereadores e infelizmente não se conseguiu avançar no sentido de se estabelecer um
336 entendimento entre as partes; em função desta situação e da precariedade dos serviços na
337 rede primária de saúde, o Ministério Público não teve outra alternativa senão ingressar
338 com uma ação civil pública contra o município de Londrina e o Sindserv; esta ação civil
339 pública recebeu o título de *ação civil com pedido declaratório de abuso do direito de greve*
340 *e omissão do dever de prestação de serviços públicos cumulado com a obrigação de fazer e*
341 *mais pedido de tutela antecipada.* Diz que, entre outras coisas, nesta ação pública o
342 Ministério Público solicitou que fosse declarada abusividade do movimento de greve na
343 medida em que há manifesta precariedade dos serviços de saúde da rede municipal neste
344 período de greve dos servidores públicos municipais; que fosse ordenado ao Sindserv que
345 restabelecesse em 24 horas o atendimento normal em toda rede pública municipal de
346 serviços de saúde do município de Londrina e que se abstivesse de impedir a abertura de
347 unidades de saúde ou de fechá-las, não obstaculizando o acesso de pessoas da comunidade e
348 funcionários nestes locais, inclusive na usina de asfalto do município, sob pena de multa diária
349 de R\$15.000,00 (quinze mil reais); que fosse declarada também a omissão do município de
350 Londrina no sentido de fazer retomar efetivamente as atividades corriqueiras das unidades de

351 saúde que são essenciais à população, condenando-o na obrigação de fazer com que os
352 serviços prestados nestas unidades fossem completamente restabelecidos convocando
353 formalmente no prazo de 24 horas todos os servidores necessários para tal restabelecimento e
354 contratando se necessário, em caráter emergencial, profissionais para substituir os grevistas
355 recalcitrantes que não atenderem tal convocação. Diz que o Juiz de Direito achou por bem
356 realizar uma audiência de conciliação, a qual não foi possível, tendo atendido parcialmente
357 as solicitações do Ministério Público: primeiro, determinou ao sindicato-réu que não
358 prejudique, se oponha ou manifeste resistência à presença de força de mão de obra
359 diariamente nas unidades básicas de saúde e na usina de asfalto do município sob pena de
360 multa de R\$15.000,00 (quinze mil reais) em cada ocorrência de violação do preceito; segundo,
361 recomendar que os requeridos, município de Londrina e Sindserv sob a coordenação do MP
362 agendem cronograma de reuniões para que se iniciem negociações visando por fim à greve
363 mediante propostas concretas em respeito aos munícipes e contribuintes. Diz que na prática
364 a situação na área de saúde pouco se alterou e o Ministério Público vem recebendo muitas
365 queixas dos usuários em relação à situação precária de assistência de saúde em decorrência
366 da greve e que vai continuar lutando em nome da população para que haja o restabelecimento
367 do atendimento em todas as unidades de saúde. **Marcos Ratto** representando o Sindserv diz
368 que os servidores gostariam e querem voltar ao seu local de trabalho, porém não está havendo
369 por parte do prefeito respeito ao servidor quando se nega a negociar; diz que o movimento
370 de greve é um movimento justo totalmente dentro da legalidade, informa que existem várias
371 unidades abertas em torno de mais de 50% delas funcionando, claro que está havendo
372 dificuldades para os usuários, porém há um descaso e um desrespeito por parte da
373 administração para com os trabalhadores, nesta negativa de diálogo. Diz que o Sindserv
374 parabeniza a postura e acredita no Tribunal de Justiça, que deverá estar acatando a decisão
375 do Juiz Dr. Marcelo Mazali, está aberto ao diálogo, aguardando as decisões do Tribunal de
376 Justiça que serão acatadas. **Neusa Maria dos Santos**, enquanto usuária e contribuinte
377 solicita ao Promotor Paulo Tavares que estabeleça à administração municipal multa, da
378 mesma forma que foi estabelecida para o Sindicato, e diz que se não há dinheiro para
379 reajustes dos servidores não deveria ter sido dado 70 % de reajuste para a categoria do
380 Serviço Social, porque estas não são diferentes dos demais servidores. **Fahd Haddad**
381 pergunta ao Promotor quais alternativas e por qual via pode-se esperar uma resolução para
382 este impasse da greve. **Paulo César Tavares** diz que além das ações já relatadas o
383 Ministério Público na área da saúde continuará tentando judicialmente proteger os interesses
384 da população, a coordenação do Ministério Público estará aberta para aproximar as partes,
385 porém lamenta que estas ainda não conseguem se entender, há também um certo grau de
386 intransigência, portanto é uma situação muito difícil e a população não pode mais aguardar
387 que as partes se entendam. **Rosalina Batista** diz que a situação da assistência na rede
388 primária de saúde está bastante caótica e o direito dos cidadãos nesta cidade está sendo
389 desrespeitado, diz que o conselho tem que se posicionar porque esta situação de duas
390 instituições determinarem os rumos dos acontecimentos na cidade não pode mais
391 continuar, propõe, portanto, que se chame uma Audiência Pública na Câmara Municipal
392 para que a sociedade possa participar nos encaminhamentos para solução deste impasse.
393 **Paulo Roberto Vicente** diz que tem acompanhado a situação da assistência em saúde e
394 ressalta que o problema é grave pois muitas pessoas estão sem assistência, tem conhecimento
395 de muitos casos sérios, porém os brasileiros não tem o hábito de reclamar; diz que é
396 contrário à realização desta audiência pública porque conversas e reuniões já foram feitas
397 inúmeras e não houve resultado. Diz que se um juiz não tiver a coragem de se posicionar
398 com relação a este impasse esta greve não terá solução. **Josemari de Arruda Campos** diz
399 que entre todas as colocações feitas há uma proposta colocada pela conselheira Rosalina,
400 da realização de uma Audiência Pública, mas que esta forma de reunião não pode ser

401 convocada pelo Conselho Municipal de Saúde. **Rosalina** esclarece que poderia então o
 402 conselho solicitar à Câmara que o faça. **Sônia Anselmo** lembra que o Ministério Público
 403 também, poderia estar solicitando esta audiência e propõe que se crie uma comissão do
 404 CMS que compareça amanhã na Secretaria de Executiva do Conselho para elaboração de
 405 documento solicitando Audiência Pública na Câmara Municipal para Análise da Questão da
 406 Greve com a participação da Sociedade Civil, para encaminhamento imediato à Câmara
 407 Municipal de Londrina, **sendo definidos os nomes de Rosalina Batista, Alda Mastelaro,**
 408 **Beth Claid e Neusa Maria dos Santos para compor esta comissão.** **Josemari de Arruda**
 409 **Campos** considerando o avançado da hora propõe que o ponto de pauta sobre o Plano
 410 Municipal de Saúde 2006/2007 seja transferido para a próxima reunião ordinária, sendo
 411 aprovado este encaminhamento. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta
 412 reunião. A presente ata elaborada por Maria A. Jordão Pedroza, Sônia Maria Anselmo e
 413 digitada por Andréia Aparecida Diniz, será lida e assinada pelos conselheiros abaixo
 414 relacionados.

415

416

417 TITULAR Josemari Sawczuk de Arruda Campos

418 SUPLENTE Marlene Zucoli

419

420 TITULAR Wânia Gutierrez Ausente

421 SUPLENTE Sônia Maria de Almeida Petris

422

423 TITULAR Rubens Martins Júnior

424 SUPLENTE Benedito Fernandes Ausente

425

426 TITULAR Alberto Durán Gonzalez

427 SUPLENTE Argéria M. Serraglio Narciso

428

429 TITULAR Isaltina Pires Cardoso

430 SUPLENTE Deid Francisco Ferraz da Silva Ausente

431

432 TITULAR Éder Pimenta de Oliveira Ausente com justificativa

433 SUPLENTE Marcos Rogério Ratto

434

435 TITULAR Bett Claidh

436 SUPLENTE Manoel Nivaldo Da Cruz

437

438 TITULAR Fahd Haddad

439 SUPLENTE Ana Paula Cantelmo Luz

440

441 TITULAR Alda Mastelaro Hayashi

442 SUPLENTE Mara Rossival Fernandes

443

444 TITULAR Francisco Eugênio Alves de Souza Ausente

445 SUPLENTE Jeremias Bequer Brizola

446

447

448 TITULAR Orides Lopes Pinheiro

449 SUPLENTE Ogle Beatriz Bacchi de Souza

450

451	TITULAR	Paulo Fernando Nicolau	
452	SUPLENTE	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
453			
454	TITULAR	Neusa Maria dos Santos	
455	SUPLENTE	Custódio Rodrigues do Amaral	
456			
457	TITULAR	Joel Tadeu Correa	
458	SUPLENTE	Jurema de J. C. dos Santos	Ausente
459			
460	TITULAR	Paulo Sérgio Gomes do Prado	Ausente
461	SUPLENTE	Acácio dos Santos	
462			
463	TITULAR	Laurentino dos Santos Paulista	
464	SUPLENTE	Sebastião Francisco Rêgo	
465			
466	TITULAR	Livaldo Bento	
467	SUPLENTE	José do Carmo Medeiro	Ausente com Justificativa
468			
469	TITULAR	Angélica de Souza	
470	SUPLENTE	José Barbosa	
471			
472	TITULAR	Terêncio de Lima	
473	SUPLENTE	Maria Aparecida da Silva Cardoso	Ausente
474			
475	TITULAR	Ailton de Souza	Ausente com justificativa
476	SUPLENTE	Natal de Oliveira	
477			
478	TITULAR	Euclides Lunardelli Filho	Ausente
479	SUPLENTE	Wilma Silva Ribeiro	Ausente
480			
481	TITULAR	Paulo Roberto Vicente	
482	SUPLENTE	Vera Lúcia Giachetto	Ausente
483			
484	TITULAR	Maria José Teixeira Lopes	Ausente
485	SUPLENTE	Levina Aparecida Alves	Ausente
486			
487	TITULAR	Rosalina Batista	
488	SUPLENTE	Irene de Jesus Macena	
489			
490			
491			
492			
493			
494			